

Editamos hoje um artigo sobre umha polémica muito presente na militância galega e nos movimentos políticos e sociais dissidentes em geral. 'Internet, liberdade vigilada', um texto do sociólogo basco Manuel Castells, foi publicado no sítio web anexado ao pé desta página e aborda, sintética e directamente, a tensom dinâmica que existe na rede entre a mais absoluta liberdade de informação e comunicação entre pessoas e colectividades e as potencialidades de controlo absoluto que, por motivos diferentes e às vezes coincidentes, se abrem para os Estados e as grandes companhias comerciais. Castells advirte aliás da existência de jos_content iniciativas em curso para umha mais efectiva vigilância tecnológica da rede e da tendência para fazer umha eleição organizada, através de exaustivas bases de dados individuais, dos perfis pessoais que seriam objecto dumha vigilância especial. A resolução deste conflito dependerá, segundo o sociólogo de Berkeley, "de que fagamos com essa liberdade e de como sejamos capazes de controlar os controladores". 'Internet, liberdade vigilada' Manuel Castells (*) Internet é o primeiro meio de comunicação de massas da história que permite comunicar-se a pessoas e organizaçoms, de muitos para muitos em qualquer tempo e lugar. Como já há mais de mil milhons de usuários no mundo e segue a crescer a rede, as empresas devanam-se os sessos para acoutá-la comercialmente e os governos messam-se os cabelos para poder controlá-la ou, como mínimo, vigilé-la. Porque o controlo da comunicação sempre foi o fundamento do poder através da história. Às vezes, as duas estratégias entram em contradicçom. Assi, recentemente, o gigante da procura pola Internet Google (valor bursátil: 138.000 milhons de dólares) rechaçou a peticçom do Departamento de Justiça estadounidense para lhe proporcionar dados de um milhom de endereços, escolhidos ao chou, com o pretexto de perseguir a pornografia infantil. E é que a pornografia infantil e o terrorismo som as coarctadas mais utilizadas polos governos para impor controlos restritivos da privacidade dos usuários. Já durante a Administraçom de Clinton, o Governo tratou em duas occasions de aplicar umha lei de controlo da Internet para prevenir a pornografia infantil, mas as duas vezes os tribunais a anulárom por contradizer a liberdade de expressom. Bush volta de novo à carga. Aproveitou o precedente de Microsoft (acedeu a entregar os dados dos seus usuários) para fazer o mesmo com Google. Mas este, que, a diferença de Microsoft, nom tem um monopólio, teme, com razom, perder muitos clientes se as procuras que cada um fazemos acabam em maos dos serviços de segurança. De modo que se iniciou um enfrentamento judicial de grandes consequências para o futuro da Internet. Google está liderando, aliás, a oposicçom das empresas do sector contra o projecto de directiva europeia sobre a Televisom sem Fronteiras que tenta estender o controlo dos reguladores à televisom transmitida pola Internet. Ao mesmo tempo, os princípios libertários de Google adaptam-se às realidades de cada mercado. Assi, como na China o seu principal competidor Yahoo! aceitara seguir os conselhos do Governo chinês no controlo da comunicação, Google também vai praticar a autocensura, controlando os acessos dos seus usuários a certos sítios da Internet. Na Europa, a maioria dos governos seguem intentando vigilar e controlar Internet o mais amplamente possível. Mas enquanto Estados Unidos nom o conseguir, o controlo fai-se difícil porque sempre se atopa um circuito de passo pola rede estadounidense. Agora bem, o verdadeiro perigo contra a privacidade provém das próprias empresas, porque tanto Microsoft como Google, Yahoo! ou Amazon acumulam informaçom dos seus usuários com objectivos comerciais, umha enorme quantidade de informaçom que permite construir perfis personalizados e que ao cruzar-se com os dados dos cartons de crédito e os números de telefone permitem saber a vida de todos nós nos seus detalhes mais íntimos. Seja legal ou ilegal, a conexom entre as bases de dados comerciais e a sua utilizaçom polos governos fai

realidade a famosa frase que lançou há algum tempo Scott McNealy (o legendário fundador de Sun Microsystems) "Na era da Internet, a privacidade não existe, acostume-se à ideia!". As boas notícias para a privacidade são que os sistemas de vigilância são ainda muito primitivos. Sistemas como Carnivore, do FBI, ou os seus equivalentes chineses, são fundamentalmente sistemas automáticos de análise de conteúdo que procuram nas mensagens as palavras feias. De modo que evitando pronunciar palavras feias (como "democracia" na China ou "sexo" na Europa e Estados Unidos) evitam-se muitos problemas. É mais ou menos como quando se escrevia sob o franquismo. Por isso, as iniciativas de vigilância tecnológica vão muito mais longe. O Departamento de Segurança do País nos Estados Unidos está a trabalhar num programa ainda pouco conhecido chamado Advise destinado a organizar uma imensa base de dados de toda a informação digital, tanto de fontes de empresas, como de meios de comunicação, de transações comerciais e de qualquer interação em linha que tiver a gente com administrações ou empresas, cruzando-as a meio de números comuns como os do BI, segurança social, cartões de crédito ou de telefone. O resultado é a possibilidade de ter fichado todo o mundo com a sua vida e história. Aqui não se trata de interceptar mensagens, mas de determinar por análise prévia perfis de pessoas perigosas (pedófilos, terroristas, violadores ou qualquer outro perfil) e procurar nessa base de dados o que corresponde potencialmente aos perfis, procedendo então a uma vigilância especial de ditas pessoas. Por isso o mundo digital é à vez o reino da liberdade sem fronteiras e o reino da vigilância onipresente. De que façamos com essa liberdade e de como sejamos capazes de controlar os controladores depende que os nossos filhos decidam as suas vidas ou que inaugurem a era do totalitarismo digital. (*) Manuel Castells. Catedrático emérito de Sociologia de Berkeley e membro da Real Academia de Ciências Económicas e Financeiras